



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Reunião do Comitê Orçamentário do Poder Judiciário do Estado de Goiás e de Priorização ao 1º Grau de Jurisdição no âmbito do Poder Judiciário Goiano

ATA DE REUNIÃO

Data: 19/05/2025

Horário:
13h30m

Local: Videoconferência
(Aplicativo ZOOM)

Participantes:

Dra. Vaneska da Silva Baruki
Desembargador Fabiano Abel de Aragão Fernandes
Dra. Viviane Silva de Moraes Azevedo
Dra. Nathália Bueno Arantes da Costa
Fabrício Duarte
Fernando César Lemes Júnior
Leir Gomes da Silva
Irismar Dantas de Souza
Paula Saad
Sayuri Rodrigues Tanaka
Waldivino Liberato Vieira Neto

Desenvolvimento da reunião:

Às 13h30m do dia 19 de maio de 2025, foi realizada reunião previamente agendada, por meio de videoconferência (aplicativo Zoom), a pedido da Juíza, Dra. Vaneska da Silva Baruki, que estava acompanhada por sua assessora, Morgana Gabrielly Tavares Martins.

Iniciada a reunião, a Dra. Vaneska, na qualidade de coordenadora, cumprimentou a todos e deu início aos trabalhos. Apresentou um resumo das deliberações anteriores, destacando o encaminhamento de ofícios em apoio aos PROADs relacionados ao incentivo à lotação em comarcas de difícil provimento, bem como à proposta de transformação dos cargos de Depositário e Porteiro Judiciário em cargos de Analista Judiciário – Oficial de Justiça.

Ainda com a palavra, a Dra. Vaneska mencionou que, conforme orientação da Presidência, há autorização formal, por meio de provimento, para que

servidores atualmente ocupantes do cargo de Depositário Judiciário exerçam as atribuições de Analista Judiciário – Oficial de Justiça. Tal medida reflete sensibilidade e coerência da administração com as demandas da carreira e da estrutura do Judiciário.

Na sequência, discutiu-se o envio de conteúdo para elaboração do formulário desenvolvido pelo servidor Leir, voltado ao mapeamento de interesses nas comarcas de entrância inicial. Paralelamente, comunicou-se que o Juiz Auxiliar da Corregedoria, Dr. Marcos Vinícius, está finalizando o cronograma dos encontros regionais da Corregedoria-Geral da Justiça, com início previsto para o mês de junho.

O membro Wenderson apresentou, por escrito, considerações sobre proposta referente à criação do cargo comissionado de Secretário de Diretoria do Foro nas comarcas de entrância inicial. A sugestão prevê que o cargo possa ser ocupado por servidor não efetivo, considerando sua natureza comissionada. Deliberou-se que qualquer proposição sobre o tema deve ser precedida de ampla consulta a magistrados e servidores, com o objetivo de garantir legitimidade e representatividade, evitando decisões baseadas em interesses individuais ou isolados.

Em consonância, foi informado que está em curso, no âmbito do Tribunal, estudo técnico sobre incentivos para lotação em comarcas de difícil provimento, com base nas diretrizes do Conselho Nacional de Justiça. Tal análise segue os parâmetros nacionais, conforme informado pela Dra. Lídia.

Ainda na esfera administrativa, foi comunicada a negativa quanto à implementação, neste momento, da Gratificação de Desenvolvimento Institucional (GDI). Informou, ainda, a autorização quanto a adesão do TJGO ao Programa PROPAG e o consequente encerramento do Regime de Recuperação Fiscal.

Concedida a palavra ao convidado Fabrício Duarte, presidente do Sindjustiça, foi apresentada proposição relevante sobre a arrecadação institucional. Fundamentando-se na necessidade de equilíbrio entre receita e despesa, especialmente diante da crescente utilização do FUNDESP e da redução de fontes arrecadatórias — como a perda da gestão de cartórios anteriormente não titularizados —, propôs-se campanha institucional de conscientização e fiscalização ativa, por magistrados e servidores, quanto ao correto recolhimento de custas judiciais. Defendeu-se, para isso, a capacitação técnica dos servidores pela EJUG, com apoio da equipe de informática.

A proposta foi prontamente acolhida por outros membros, como Fernando, que parabenizou o engajamento de Fabrício e informou estar elaborando proposição semelhante, com base no modelo adotado pelo Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, que estabelece a corresponsabilidade normativa de juízes e servidores pela fiscalização das custas. Ressaltou, ainda, que é recorrente, em comarcas do interior, a concessão de justiça gratuita em ações de alto valor econômico, o que demanda maior controle.

O Desembargador Fabiano esclareceu que ações semelhantes já estão em

andamento, na Comissão de Informática do Tribunal, presidida por ele. Informou que foi desenvolvido, pelo servidor Antônio Pires com apoio da inteligência artificial, um sistema que realiza leitura automática de peças processuais para identificar discrepâncias entre o valor da causa e a real natureza do pedido, atualmente em fase de testes. Além disso, está sendo implementado um alerta no sistema, que notificará o juiz, ao abrir o processo, sobre pendências no recolhimento de custas, incluindo valores e parcelas inadimplidas. Destacou que tem um curso realizado pela EJUG justamente sobre as custas processuais, onde o material poderá ser disponibilizado.

Ainda com a palavra, o Desembargador destacou que tais avanços tecnológicos integram um conjunto de iniciativas para reverter a queda na arrecadação verificada nos últimos anos. O FUNDESP, fundo responsável por custear projetos estruturais, benefícios e melhorias, encontra-se em situação de alerta. Como exemplo da sua importância, citou-se o pagamento do auxílio-saúde e a gratificação pelo recebimento do selo diamante — benefício prometido pela gestão anterior, mas ainda não efetivado, sendo considerado ponto de honra pelo comitê.

A Dra. Vaneska complementou, informando que recebeu convite do Desembargador Jerônimo para participar de uma oficina de geração de ideias, com o objetivo de desenvolver soluções a serem incorporadas ao sistema de inteligência artificial do Tribunal. A proposta visa à criação de mecanismos automatizados para análise dos pedidos de assistência judiciária, permitindo ao sistema sugerir, com base em critérios objetivos e parâmetros socioeconômicos, o deferimento ou indeferimento dos pedidos, subsidiando assim a decisão judicial.

Em seguida, a Dra. Viviane Azevedo ressaltou o entusiasmo do Desembargador Jerônimo com relação à nova ferramenta em desenvolvimento.

A Dra. Nathalia retomou pontos levantados anteriormente pelo Desembargador Fabiano, especialmente quanto ao material didático da EJUG, sugerindo que os links dos conteúdos sejam enviados por malote digital. Reiterou seu apoio à criação do sistema de IA para análise dos pedidos de justiça gratuita, considerando-o ferramenta eficiente e necessária aos magistrados.

O Sr. Neto relatou casos em que há incompatibilidade entre o valor da causa e o valor recolhido de custas, gerando prejuízos à arrecadação do Tribunal. Destacou a participação da Central de Contadores no projeto “EJUG na Estrada do Conhecimento”, com foco na conscientização sobre custas processuais e na recorrência da evasão de receitas judiciais. Ressaltou a disposição da Central em colaborar com quaisquer projetos realizados em parceria com a EJUG.

Com a palavra, a Dra. Vaneska propôs o encaminhamento formal, por meio de ofício, dos pontos debatidos nesta reunião aos Desembargadores Jerônimo (diretor da EJUG) e Marcus da Costa (Corregedor-Geral da Justiça), com o intuito de registrar e apresentar oficialmente as preocupações do comitê.

Reforçou, ainda, o pedido para ampla divulgação do material elaborado pela EJUG, tanto a magistrados quanto a servidores.

O Sr. Fabrício complementou, sugerindo o convite ao servidor Antônio Pires, ao servidor Irismar e aos integrantes da Central Única de Contadores para realizarem simulações junto ao comitê, a fim de testar a funcionalidade da ferramenta de IA em desenvolvimento. Concluiu-se, por fim, que o comitê deve avançar nas propostas que fortaleçam a receita própria do Judiciário estadual, não apenas por sua autonomia financeira, mas também por garantir a continuidade de políticas públicas e a valorização de seus quadros funcionais. Ficou acordado que, na próxima sessão, serão reunidas propostas complementares relacionadas à arrecadação e à consolidação das ações em curso, especialmente no que se refere à fiscalização de custas, uso de sistemas informatizados e campanhas institucionais educativas.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo esta ata lavrada para os devidos fins.

Eu, **Waldivino Liberato Vieira Neto**, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, segue assinada.

Registro:



ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Para validar este documento informe o código 107124303791 no endereço <https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>

Nº Processo PROAD: 202205000339371 (Evento nº 38)

VANESKA DA SILVA BARUKI

MAGISTRADO

COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS E DE PRIORIZAÇÃO AO 1º GRAU

Assinatura CONFIRMADA em 26/05/2025 às 14:36

FABIANO ABEL DE ARAGÃO FERNANDES

DESEMBARGADOR

COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS E DE PRIORIZAÇÃO AO 1º GRAU

Assinatura CONFIRMADA em 26/05/2025 às 14:31

VIVIANE SILVA DE MORAES AZEVEDO

JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO EM SEGUNDO GRAU

COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS E DE PRIORIZAÇÃO AO 1º GRAU

Assinatura CONFIRMADA em 26/05/2025 às 10:40

NATHÁLIA BUENO ARANTES DA COSTA

MAGISTRADO

COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS E DE PRIORIZAÇÃO AO 1º GRAU

Assinatura CONFIRMADA em 23/05/2025 às 13:57

FERNANDO CÉSAR LEMES JÚNIOR

OFICIAL DE JUSTIÇA-AVALIADOR JUD. I

COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS E DE PRIORIZAÇÃO AO 1º GRAU

Assinatura CONFIRMADA em 23/05/2025 às 15:49

LEIR GOMES DA SILVA

ASSESSOR(A) TÉCNICO(A)

COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS E DE PRIORIZAÇÃO AO 1º GRAU

Assinatura CONFIRMADA em 23/05/2025 às 13:54

IRISMAR DANTAS DE SOUZA

DIRETOR FINANCEIRO

COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS E DE PRIORIZAÇÃO AO 1º GRAU

Assinatura CONFIRMADA em 26/05/2025 às 13:49

SAYURI RODRIGUES TANAKA

AUXILIAR JUDICIÁRIO

COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS E DE PRIORIZAÇÃO AO 1º GRAU

Assinatura CONFIRMADA em 23/05/2025 às 14:09

WALDIVINO LIBERATO VIEIRA NETO

COORDENADOR ADJUNTO

COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS E DE PRIORIZAÇÃO AO 1º GRAU

Assinatura CONFIRMADA em 23/05/2025 às 12:30

ANA PAULA SAAD CANEDO MACHADO

TÉCNICO JUDICIÁRIO

JUIZ AUXILIAR DA PRESIDÊNCIA - GUSTAVO ASSIS GARCIA

Assinatura CONFIRMADA em 26/05/2025 às 11:02

FABRICIO DUARTE DE SOUSA

ANALISTA JUDICIÁRIO

COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS E DE PRIORIZAÇÃO AO 1º GRAU

Assinatura CONFIRMADA em 28/05/2025 às 11:01

